



Exmo. Senhor

Presidente da Comissão de Orçamento, Finanças
e Administração Pública

Deputado Eduardo Cabrita

Assunto: Audição, com carácter de urgência, do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, Paulo Nuncio e do Presidente do Sindicato dos Trabalhadores dos Impostos (STI), Paulo Ralha, sobre a denúncia por parte daquele Sindicato da existência nas finanças de uma denominada “Lista de Contribuintes VIP”.

Nas últimas semanas surgiram diversas notícias veiculadas pela imprensa, na sequência de declarações do presidente do Sindicato dos Trabalhadores dos Impostos, Paulo Ralha, denunciando a existência de uma "*espécie de lista VIP de contribuintes especiais*", desde outubro de 2014, "*quando surgiu uma notícia sobre o Primeiro-ministro e a Tecnoforma*".

A informação sobre a existência desta lista foi dada pelo Diretor de Serviços da Divisão de Acompanhamento de Resultados, Planeamento e Apoio Técnico (DARPAT)¹, Vitor Lourenço, em duas ações de formação desenvolvidas no dia 20 de janeiro de 2015², destinada a algumas centenas de inspetores tributários estagiários. De acordo com testemunhas que assistiam às referidas ações de formação, a referida lista "*permite controlar os acessos*" aos dados de determinados contribuintes, tendo mesmo sido dado como exemplo o nome do Primeiro-Ministro.

Segundo Paulo Ralha o cadastro fiscal dos nomes que constam da referida lista (a qual inclui nomes de políticos, incluindo o Primeiro-Ministro, banqueiros ou mesmo grandes empresários) teria um filtro, que permitiria detetar quem acede aos dados, lançando um alerta imediato.

Em reação às primeiras notícias o Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, Paulo Nuncio, desmentiu as afirmações sobre a existência de uma lista de contribuintes VIP, tendo o Ministério das Finanças subscrito essas declarações, apesar do reconhecimento que as finanças acionam "*procedimentos disciplinares em todos os casos de que tem conhecimento de violação do sigilo*

¹ O qual responde diretamente à Direção de Serviços de Auditoria Interna (DSAI), um departamento que por sua vez reporta diretamente ao Diretor Geral dos Impostos, Brigas Afonso à frente da Autoridade Tributária (AT), desde julho de 2014.

² Nesse mesmo dia o Diretor de Serviços de Auditoria, Vitor Lourenço, referiu a existência dessa lista de contribuintes VIP em duas ações de formação dirigidas a inspetores tributários estagiários, uma durante o período da manhã, na Torre do Tombo e outra durante a tarde, nas instalações da Direção de Finanças de Lisboa.

fiscal", sem que contudo fosse esclarecido o procedimento ou a forma como a administração tributária tem conhecimento desses casos.

Apesar destes desenvolvimentos, Paulo Ralha, o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores dos Impostos (STI) reiterou as declarações prestadas anteriormente, afirmando que *"a lista VIP de contribuintes existe mesmo"*, denunciando ainda que foi o próprio Paulo Nuncio *"quem a entregou aos serviços do Fisco³, em finais de Outubro"*. De acordo com aquele dirigente sindical, o Sindicato dos Trabalhadores dos Impostos (STI) pediu, no início de março, à Procuradoria-Geral da República (PGR) que esclarecesse se os funcionários têm limitações na consulta de informações fiscais dos contribuintes, seguindo-se diligências junto do Provedor de Justiça.

Neste contexto, o Partido Socialista questionou o Primeiro-Ministro sobre este assunto no debate quinzenal, considerando que as justificações dadas são manifestamente insatisfatórias, tendo o seu Secretário-Geral, António Costa, insistido no passado fim de semana na necessidade da sua cabal clarificação.

Com efeito, e apesar das justificações do Primeiro-Ministro, o próprio PSD, através do seu porta-voz, Marco António Costa, sugeriu que o governo fizesse *"uma averiguação para saber se a acusação é verdadeira ou não"*, tendo o Gabinete do Secretário de Estado Paulo Nuncio respondido aos órgãos de comunicação social que *"nunca foram dadas instruções à Autoridade Tributária (AT), para elaborar qualquer tipo de listas de contribuintes"*, pelo que a hipótese de abertura de um inquérito *"não faz sentido"*.

Apesar destas contradições e total dessintonia entre representantes dos partidos da atual maioria e membros que integram o Governo, veio a confirmar-se ontem o pedido do Ministério das Finanças à Inspeção-Geral de Finanças, para abertura de um inquérito *"sobre a alegada existência de uma lista de contribuintes na Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), cujo acesso seria alegadamente restrito"*.

Face ao exposto, os deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista consideram que as notícias veiculadas até à presente data por diversos órgãos de comunicação social são extremamente preocupantes, sendo essencial que, quer o membro do Governo que tutela diretamente a área, quer o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores dos Impostos (STI), se pronunciem no Parlamento sobre as mesmas com a máxima urgência.

Neste contexto, e ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista requer, com caráter de urgência, a audição Secretário de

³ De acordo com o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores dos Impostos (STI) a lista foi entregue por Paulo Nuncio ao diretor de segurança informática.



Estado dos Assuntos Fiscais, Paulo Nuncio e do Presidente do Sindicato dos Trabalhadores dos Impostos (STI), Paulo Ralha.

Lisboa, 17 de março de 2015

O Deputado,

João Galamba